

Temas polêmicos têm menos emendas do que o esperado

BRASÍLIA — A aposentadoria dos professores (com 28 emendas) e a estabilidade dos funcionários públicos (com 19) foram os dispositivos mais abordados pelos constituintes nas primeiras 1.026 emendas (de um total de 1.844 apresentadas) analisadas ontem pelo Relator da Assembleia Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Depois de acompanhar por duas horas o trabalho do Relator, no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), salientou que o interesse por estes temas foi surpreendentemente maior do que por outros considerados mais polêmicos, como o direito de greve (nove emendas) e a jornada de seis horas de trabalho para os turnos ininterruptos (dez emendas).

No caso da estabilidade para funcionários públicos que tenham cinco anos de serviço, há muita variedade: algumas emendas suprimem todo o artigo, enquanto outras ampliam o benefício para os funcionários de fundações. Na aposentadoria dos professores, o objetivo dos constituintes é incluir os professores de curso superior na aposentadoria especial — 25 anos para a mulher e 30 para o homem. Para conseguir isto, eles propõem a supressão do termo "de Primeiro ou Segundo Grau" do inciso III do parágrafo 207.

Também despertaram o interesse dos constituintes temas como a in-



Bernardo Cabral e Ulysses analisam, no Prodasen, as emendas apresentadas

legibilidade de prefeitos (16 emendas) e a licença-paternidade de oito dias (13 emendas).

No primeiro dia de trabalho, além de classificar as emendas de acordo com o tema, o Relator Bernardo Cabral analisou o mérito de 120 delas, dando parecer contrário a 30. Ele explicou que o parecer é dado de acor-

do com o apoio que o texto-base recebera em plenário. Assim, uma emenda que vise a suprimir um artigo aprovado através de acordo de lideranças certamente receberá parecer contrário do Relator.

Cabral também destacou a importância de um parecer favorável:

— Isto significa que tenho a obri-

gação moral de defender a emenda em plenário, o que facilita o trabalho do constituinte pela sua aprovação.

O Relator adiantou seu parecer sobre apenas um grupo de emendas: as relacionadas à eleição do governador do Distrito Federal. A principal delas, apresentada pelo Deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), estabelece a realização de eleições para o governador de Brasília 90 dias após a promulgação da nova Constituição. Outras três emendas estabelecem a eleição indireta.

Sigmaringa Seixas alega que as Disposições Permanentes da Constituição determinam a autonomia política de Brasília, com a eleição do seu Governador pelo voto direto. Como a realização desta eleição não foi marcada pelas Disposições Transitórias, o Deputado considera que há uma omissão no texto.

Cabral afirmou que as emendas são pertinentes, porque realmente há, segundo ele, uma omissão no texto já aprovado.

Ulysses Guimarães informou que deverá reunir as lideranças partidárias nos próximos dias para adiantar as negociações sobre os temas mais polêmicos. Bernardo Cabral concluirá o seu parecer na próxima segunda-feira, dia 18.

Nos dias 19 e 20, o seu parecer será publicado. Os dias 21 e 22 serão reservados à apresentação de destaques — quatro para cada constituinte. Somente no dia 25 terá início a votação do segundo turno.

Ministérios farão levantamento sobre aumento de despesas

BRASÍLIA — A supressão dos dispositivos que aumentam as despesas do Governo será a principal preocupação dos constituintes que seguem a orientação do Palácio do Planalto no segundo turno de votações. O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), pretende usar um levantamento que solicitou aos Ministérios da área econômica sobre quanto custará cada um destes itens para convencer os constituintes da necessidade de suprimi-los.

Um dos pontos que o Governo pretende ver fora do texto constitucional é a revisão das atuais aposentadorias, inclusive com base em legislação já revogada, desde que tenha estado em vigor durante parte do período de atividade.

Segundo Sant'Anna, isto permitirá, por exemplo, que um coronel se aposente como general e um General como marechal, o que acabaria criando no País "a Marajobrás". O Líder disse que ele mesmo poderia pedir revisão de sua aposentadoria de médico — valendo-se de lei revogada — e passar a ganhar como Secretário de Estado.

Carlos Sant'Anna está otimista quanto às chances de acordo sobre três assuntos: exoneração de ministros de Estado, voto facultativo a partir dos 16 anos e redução da jornada de trabalho nos turnos ininterruptos. A supressão do adicional de cinco por cento a ser cobrado pelos

Estados sobre o Imposto de Renda devido por lucros e ganhos de capital — também pretendida pelo Governo —, na avaliação do Líder, deverá ser derrotada.

O Líder informou ainda que pedira ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, Francisco Alvaro Barbosa Costa, um parecer técnico sobre a possibilidade de colapso no fornecimento de derivados de sangue — plasma, gamaglobulina etc — se for mantido o dispositivo que estatiza a venda dos produtos.

Se o parecer for positivo, Sant'Anna, que é um dos redatores do artigo, aceita retirar a menção aos derivados, deixando a definição sobre o assunto para o Congresso, no âmbito da Lei Henfil.

Ele disse que o Governo pretende suprimir também os seguintes itens: estabilidade para servidores públicos com cinco anos de serviço ininterrupto; estabilidade para os juizes togados de investidura limitada no tempo; efetivação dos atuais defensores públicos em quadro de carreira; equiparação dos delegados de Polícia a procuradores da República; anistia da correção monetária nos débitos contraídos por micro, pequenos e médios empresários durante o Plano Cruzado; e cancelamento das multas e juros de débitos tributários com a Fazenda federal, estadual ou municipal, contraídos até 31 de dezembro de 1987.

PMDB concorda em negociar sete pontos

BRASÍLIA — Pelo menos sete dos 12 pontos fundamentais que o Governo quer suprimir no segundo turno de votação da Constituinte aparecem na relação do PMDB como artigos negociáveis. O partido só não abre mão do que foi aprovado através de acordo. Neste caso, estão os dispositivos sobre o direito de greve, o capítulo referente ao orçamento e distribuição tributária, a definição de empresa nacional e as questões ligadas à mineração.

Das 99 emendas patrocinadas pela Liderança do PMDB, 57 são supressivas. Elas vão desde o veto integral do artigo que prevê moção de censura a Ministros de Estado até uma alternativa para a polêmica limitação em 12% dos juros bancários. As duas questões também fazem parte da lista do Governo, que através do PFL e de constituintes do Centrão forneceu emendas supressivas para as matérias. Isso, de antemão, anuncia grandes perspectivas para um acordo que exclua estes itens da nova Constituição.

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim, admite ainda negociar o voto aos 16 anos e o turno ininterrupto de seis horas. Apesar de ter sido tanto na Comissão de Sistematização quanto no plenário um dos maiores defensores da antecipação da faixa etária para o exercício do direito de voto, Jobim considera que esta é uma questão aberta no partido. Ainda assim, tem apresentado aos integrantes da bancada argumentos fortes pela manutenção do dispositivo.

— Na Constituição de 1934, houve quem criticasse o fato de a idade mínima para o exercício do voto ser estabelecida em 18 anos enquanto o Direito Civil determina a maioridade aos 21 anos. No entanto, a diferenciação ficou consagrada, comprovando que as áreas do Direito não se misturam — explicou.

O Líder disse que o PMDB vai honrar o acordo firmado no primeiro turno com os partidos de esquerda, que limita o turno de trabalho ininterrupto em seis horas. No entanto, a simples supressão da expressão "limite máximo" poderá permitir que as convenções coletivas fixem turnos diferenciados. O acordo, ape-

PONTOS QUE O PMDB NEGOCIA

- Limite de 12% de juros reais. A sugestão feita pelo Deputado Paulo Macarini é fixar o princípio do tabelamento nas Disposições Permanentes e remeter o limite para as Transitórias, até que a lei regule os valores.
- Direito de voto aos 16 anos.
- Turno de seis horas de trabalho ininterrupto.
- Moção de Censura a Ministros de Estado. A matéria divide o PMDB. O Senador José Fogaça pretende suprimir o quorum de dois terços, estabelecendo em maioria absoluta o quo-

rum para a moção de censura. O Deputado José Guedes prefere a supressão integral do dispositivo, que traduz um princípio parlamentarista no sistema presidencialista.

- Anistia a microempresários e produtores rurais. A matéria ainda será analisada pela Liderança do PMDB. O Líder Nelson Jobim é contra a anistia.
- Anistia Fiscal. O tema fez parte de um acordo elaborado às pressas e deverá ser reavaliado pela Liderança.
- Trens da alegria.

O QUE O PARTIDO NÃO NEGOCIA

- Direitos fundamentais.
- Definição de empresa nacional.
- Nacionalização da mineração.
- Reforma tributária.
- Adicional de até 5% do Imposto

de Renda incidente sobre lucros de operações financeiras. O tema fez parte de um acordo entre as bancadas Norte-Sul.

- Direito de greve.

sar de estar longe de ser o ideal do Governo, que preferia uma supressão completa, aparece como uma das saídas mais prováveis.

Na extensa lista de emendas peemedebistas estão ainda a supressão dos dois turnos de votação para as eleições de prefeitos — proposta pelo Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) — e a do artigo que impede mudanças na legislação eleitoral em prazo inferior a um ano do pleito, apresentada pela Deputada Marluce Pinto (PTB-RR). Outras propostas têm endereço certo, como a do Senador Nelson Carneiro, que impede a participação proporcional de blocos parlamentares — como o Centrão — nas composições das Mesas da Câmara e do Senado e das Comissões de trabalho das duas Casas. Segundo o Senador, estas regalias têm de ser exclusivas dos partidos políticos. Já o Deputado Rospide Neto (PMDB-RS) deseja beneficiar aqueles que conseguiram ampliar seus patrimônios com o lucro obtido com o tráfico de drogas, suprimindo o parágrafo que permite que a União confisque estes bens.